IV

(Informações)

INFORMAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES, ÓRGÃOS E ORGANISMOS DA UNIÃO EUROPEIA

CONSELHO

Relatório semestral sobre a implementação da Estratégia da UE contra a proliferação de armas de destruição maciça (2011/II)

(2012/C 66/03)

Introdução

O presente relatório abrange as atividades desenvolvidas durante o segundo semestre de 2011 no âmbito da implementação da Estratégia contra as ADM (ST 15708/03), adotada pelo Conselho Europeu de dezembro de 2003, à luz da «Lista atualizada de prioridades» (ST 10747/08), adotada pelo Conselho em junho de 2008, e das «Novas linhas de ação» (ST 17172/08), adotadas pelo Conselho em dezembro de 2008.

Na sequência da criação do Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE), a partir de 1 de janeiro de 2011, a Alta Representante, coadjuvada pelo pessoal do SEAE, passou a desempenhar a maior parte das funções que anteriormente eram exercidas pela Presidência rotativa do Conselho da UE e, gradualmente, passará a assumir as demais tarefas que atualmente ainda são exercidas pela Presidência rotativa no âmbito do apoio prestado ao SEAE, nomeadamente em algumas das reuniões internacionais. Desde 1 de janeiro, são representantes da Alta Representante que presidem aos Grupos do Conselho com competência em matéria de não proliferação e de desarmamento, sediados em Bruxelas, e que organizam a coordenação da UE nas instâncias internacionais responsáveis nesse domínio, procurando assegurar que a UE continue a ter um papel ativo e visível, conforme previsto no Tratado de Lisboa. Num pequeno número de reuniões internacionais, devido à inexistência de uma representação da UE enquanto tal, é a Presidência rotativa que continua a apresentar as declarações em nome da UE ou em nome da UE e dos seus Estados-Membros.

O princípio orientador e objetivo global da UE continua a ser promover a universalidade dos tratados, convenções e outros instrumentos internacionais e a sua aplicação a nível nacional, em conformidade com os objetivos da Estratégia da UE contra a proliferação de armas de destruição maciça. Nessa perspetiva, a UE prosseguiu estes objetivos ao longo dos principais eventos realizados durante o segundo semestre, designadamente, a Conferência Geral da AIEA em setembro, a Primeira Comissão da Assembleia-Geral das Nações Unidas (AGNU) em outubro, a Conferência de Revisão da Convenção sobre as Armas Biológicas e Toxínicas (CABT) em dezembro, e numa série de outras instâncias internacionais, reuniões anuais de Estados Partes em convenções, conferências, etc.

A UE continuou a defender a utilização eficaz e complementar de todos os instrumentos e recursos financeiros disponíveis (orçamento da PESC, Instrumento de Estabilidade e outros instrumentos), a fim de aumentar, tanto quanto possível, o impacto das atividades desenvolvidas para apoiar organizações internacionais e países terceiros.

A UE manteve uma estreita cooperação com os parceiros e outros países terceiros, esforçando-se por alcançar no plano mundial uma convergência de opiniões quanto à necessidade de reforçar o regime internacional de não proliferação. Prosseguiram os esforços no sentido de abordar matérias de não proliferação nas relações bilaterais da UE com todos os países pertinentes.

1. QUESTÕES NUCLEARES

O Grupo da Não Proliferação (CONOP) preparou ativamente as reuniões do Conselho de Governadores da AIEA de setembro e novembro de 2011. Discutiu e preparou a Conferência Geral da AIEA, em especial as orientações a seguir na resolução sobre o Médio Oriente. Através de diligências por parte das Delegações da UE, com o apoio da ação individual dos Estados-Membros em todos os países membros da AIEA, a UE empenhou-se resolutamente junto dos Estados árabes por forma a evitar que a resolução sobre as capacidades nucleares israelitas fosse apresentada e submetida a votação. Prosseguiu a implementação das novas linhas de ação da União Europeia para combater a proliferação de armas de destruição maciça e seus vetores, através de debates sobre as várias ações previstas neste domínio, nomeadamente em matéria de vigilância consular e científica.

1.1. **Seguimento da Conferência de Revisão do Tratado de Não Proliferação das Armas Nucleares (TNP)**

A UE tem estado ativamente empenhada em contribuir para a execução do Plano de Ação adotado na Conferência de Revisão de 2010 do TNP, incluindo os acordos alcançados quanto ao Médio Oriente. No seguimento da Conferência de Revisão do TNP, a UE realizou em Bruxelas, em 6-7 de julho de 2011, um seminário inclusivo que foi coroado de êxito, contribuindo para a execução da Decisão 2010/799/PESC do Conselho, adotada a 13 de dezembro de 2010, que apoia um processo de criação de confiança conducente ao estabelecimento de uma zona livre de armas de destruição maciça e respetivos vetores no Médio Oriente.

1.2. **AIEA**

A UE intensificou o apoio que presta à Agência Internacional da Energia Atómica (AIEA), em Viena, continuando a ser um dos principais doadores do Fundo de Segurança Nuclear, com mais de 30 milhões de EUR já autorizados desde 2004. Ainda em matéria de segurança nuclear, a UE tem contribuído com os seus conhecimentos técnicos para a realização de atividades e seminários de formação organizados pela AIEA e dirigidos a países terceiros, a fim de reforçar as capacidades no domínio do combate ao tráfico de materiais nucleares e outras substâncias radioativas. A UE e a AIEA têm sido eficazes na coordenação, através do Grupo do Controlo de Fronteiras, do apoio que prestam a países terceiros neste domínio e que incide, nomeadamente, sobre o fornecimento de equipamento de deteção e a formação.

A União Europeia compromete-se a contribuir, com um montante que poderá ascender a 25 milhões de EUR, para o Banco LEU (urânio pouco enriquecido) da AIEA, através de uma decisão do Conselho e do Instrumento de Estabilidade, e com mais de 5 milhões de EUR para o projeto internacional de ampliação e modernização do laboratório de Seibersdorf. Tais contribuições têm estado a ser executadas: a primeira fração destinada ao Banco LEU da AIEA (10 000 000 de EUR) foi paga à AIEA em 8 de dezembro de 2011 através do Instrumento de Estabilidade (para a contribuição remanescente, prevê-se que o Conselho aprove em 2012 uma decisão do Conselho) e, em 2 de dezembro de 2011, foi paga à AIEA, através do Instrumento de Estabilidade, uma primeira fração (4 750 000 EUR) destinada ao laboratório de Seibersdorf. A UE continuou a dar significativo apoio técnico à AIEA no domínio das salvaguardas nucleares através do Programa de Apoio Cooperativo da Comissão Europeia. A 13 de outubro de 2011, celebrou-se em Viena o trigésimo aniversário deste programa. Além disso, a UE tem-se servido dos seus vários instrumentos para possibilitar a implementação segura da utilização de energia nuclear para fins pacíficos em países terceiros, nomeadamente através da AIEA. Aquando da adoção da Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o Relatório da AIEA (Nova Iorque, 1 de novembro de 2011), foi feita uma declaração em nome da UE e dos seus Estados-Membros.

1.3. **TPTE**

A UE promoveu ativamente a rápida entrada em vigor do Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares (TPTE), com base nas decisões pertinentes adotadas pelo Conselho para apoiar a Organização do Tratado de Proibição Total de Ensaios Nucleares (OTPTE) e desenvolvendo ações de sensibilização junto dos restantes Estados enumerados no anexo II que ainda não procederam às formalidades de ratificação necessárias para que o Tratado entre em vigor.

Foi feita uma declaração da UE na reunião informal do plenário da Assembleia Geral das Nações Unidas para assinalar a celebração do Dia Internacional contra os Ensaios Nucleares (Nova Iorque, 2 de setembro de 2011). Por ocasião da Conferência do Artigo XIV do TPTE realizada em setembro de 2011 (Nova Iorque), foi feita uma declaração da UE sobre a entrada em vigor do TPTE, altura em que foi também distribuída uma declaração escrita da UE para assinalar o décimo quinto aniversário da abertura à assinatura do TPTE. A

UE trabalhou intensamente na execução das Decisões 2008/588/PESC, de 15 de julho de 2008, e 2010/461/PESC, de 26 de julho de 2010, do Conselho e deu início aos trabalhos sobre a possibilidade de prestar apoio adicional à ação do Secretariado Técnico Provisório da OTPTE. A UE obteve o estatuto de observador permanente na OTPTE.

1.4. **Conferência sobre o Desarmamento (CD)**

A UE tem, de forma constante, exercido pressão para que sejam rapidamente iniciadas as negociações de um Tratado de Proibição da Produção de Material Cindível (FMCT). Ao mesmo tempo, em todas as suas intervenções, a UE tem-se declarado disposta a empenhar-se em todas as outras questões constantes da ordem de trabalhos da CD, com especial destaque para o desarmamento nuclear, a prevenção da corrida ao armamento no espaço e as garantias de segurança negativas. Além disso, deu novo impulso à sua ação construtiva em prol do alargamento da CD. Em 2012, a UE aproveitará todas as oportunidades ao seu alcance para fazer avançar a discussão no plano internacional por forma a que se dê rapidamente início às negociações do FMCT, preparando-se para tal eventualidade a nível interno.

1.5. **Questões regionais (Irão, RPDC)**

A UE, através da Alta Representante e juntamente com a China, a França, a Alemanha, a Rússia, o Reino Unido e os Estados Unidos, tem seguido uma abordagem sustentada na liderança dos esforços com o objetivo de conseguir que o Irão participe num processo destinado a instaurar a confiança na natureza exclusivamente pacífica do programa nuclear iraniano.

Infelizmente, apesar dos esforços persistentes desenvolvidos pela Alta Representante em nome do grupo de países E3 + 3, o Irão ainda não se mostrou disposto a participar verdadeiramente em conversações tendentes à adoção de medidas concretas de instauração da confiança. A aceleração da expansão do programa iraniano de enriquecimento de urânio e as conclusões da AIEA acerca das atividades do Irão relacionadas com a tecnologia nuclear militar contribuíram para aumentar as preocupações que atualmente se fazem sentir. De acordo com a sua abordagem em duas vertentes, a UE continuou a intensificar a pressão exercida sobre o Irão, tendo, nomeadamente, reforçado as sanções existentes e formulado novas medidas restritivas.

Quanto à RPDC, a UE tem apoiado de forma constante o reatamento do processo de conversações a seis, tendo sido reforçada a implementação das Resoluções 1718 e 1874 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A UE está em vias de intensificar a aplicação das suas medidas restritivas autónomas.

2. **ARMAS QUÍMICAS**

Foi defendida a execução da decisão do Conselho de apoio à Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ). Uma nova decisão do Conselho de apoio às atividades da OPAQ, que foi homologada pelo Grupo CODUN, será analisada pelo RELEX e pelo Comité Político e de Segurança para adoção definitiva pelo Conselho. As delegações na Haia trabalharam na definição de uma posição comum da UE sobre o futuro papel da Organização, atendendo a que se aproxima a data-limite definitiva, que fora alargada, para a destruição de todos os arsenais de armas químicas que ainda existem (29 de abril de 2012). Foram estabelecidas quatro prioridades: i) conclusão do processo de destruição dos arsenais existentes, ii) promoção da universalidade da Convenção sobre as Armas Químicas (ainda há sete Estados que não são Partes), iii) passagem a esforços de não proliferação, iv) promoção da capacitação em matéria de segurança na indústria química nos países em desenvolvimento, ao abrigo do artigo XI, e resposta à utilização de armas químicas, em conformidade com o artigo X.

A UE também acompanhou de perto a situação na Líbia, país onde a OPAQ desempenhou um papel ativo para garantir a segurança dos precursores do anterior programa líbio sobre as armas químicas (e nucleares) ainda existentes.

3. **ARMAS BIOLÓGICAS**

Tomando como base anteriores trabalhos e consultas, a UE ultimou os preparativos da Sétima Conferência de Revisão da Convenção sobre as Armas Biológicas e Toxínicas (Genebra, dezembro de 2011), com o objetivo de contribuir para que o seu desfecho seja positivo e de promover o reforço da convenção. Para o efeito, tendo participado ativamente nos trabalhos do Comité Preparatório (Genebra, abril de 2011), a UE chegou à Conferência de Revisão com uma forte posição comum consagrada na decisão adotada pelo

Conselho a 18 de julho. Eis as principais prioridades da UE: 1) instauração de confiança no cumprimento das disposições da convenção; 2) apoio à execução a nível nacional; 3) promoção da adesão universal.

Executaram-se com sucesso em várias regiões do mundo projetos pertinentes ao abrigo da Ação Comum da UE (agora decisão do Conselho) de apoio à CABT, através de diligências, seminários regionais (nomeadamente nas Filipinas, República da Moldávia, Sérvia, Peru) e visitas a países, tendo em vista promover a universalidade e a implementação a nível nacional. De igual modo, tem-se procedido com perseverança à execução da Ação Comum de apoio às ações desenvolvidas pela Organização Mundial da Saúde no domínio da segurança e proteção biológica laboratorial. O projeto-piloto em Omã, que foi coroado de êxito, foi encerrado através de uma cerimónia que teve lugar a 24 de outubro em Mascate. Os principais resultados do projeto estão agora a ser analisados pelos demais países do Conselho de Cooperação do Golfo.

4. **MÍSSEIS**

Foi intensificada a ação da UE no domínio da não proliferação de mísseis, que deu especial destaque ao apoio ao Código de Conduta da Haia (HCOC). A Decisão 2008/974/PESC do Conselho, de 18 de dezembro de 2008, que atingiu a data-limite de execução a 1 de julho de 2011, permitiu a concretização de uma série de atividades que incidiram sobre três aspetos principais do código: universalidade, execução e — respetivamente — consolidação do código e melhoria do seu funcionamento.

Além disso, com base em atividades anteriores e em propostas discutidas no CONOP, em novembro de 2011, o SEAE propôs que se alargasse o âmbito de aplicação da próxima decisão do Conselho, a fim de prosseguir o apoio ao HCOC e permitir que a UE desenvolva ações que promovam a não proliferação de mísseis em geral. Prosseguiram ativamente os esforços de apoio à adesão de todos os Estados-Membros da UE ao Regime de Controlo da Tecnologia dos Mísseis (RCTM), nomeadamente na reunião dos Pontos de Contacto do RCTM, realizada a 6-7 de dezembro de 2011, em Paris.

5. **ATENUAÇÃO DA AMEAÇA NBRQ**

A UE reforçou a execução do seu Plano de Ação NBRQ (no domínio nuclear, biológico, radiológico e químico), adotado em 2009, com base nos programas de assistência pertinentes no âmbito dos instrumentos comunitários e à luz da Resolução do Parlamento Europeu de 14 de dezembro de 2010 (A7-0349/2010/P7_TA(2010)0467). Neste contexto, começou a trabalhar na instalação, no Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia, de um Centro de Formação em Segurança Nuclear, com um investimento inicial de 2,4 milhões de EUR. Por outro lado, a fim de promover a cooperação regional no intuito de reforçar as políticas e capacidades no domínio NBRQ e com base na iniciativa lançada em maio de 2010 relativa aos centros de excelência da UE naquele domínio, estão a ser realizados programas de formação e de sensibilização relacionados com a segurança nuclear no quadro dos centros de excelência NBRQ no Sudeste Asiático.

As finalidades e objetivos da iniciativa respeitante aos centros de excelência apresentam grandes similitudes com os da Resolução 1540. Em ambos os casos, trata-se do tráfico e utilização de materiais NBRQ para fins criminosos e ambos se destinam a atores exclusivamente não estatais. A grande diferença reside, porém, na abordagem adotada em cada uma das iniciativas. A Resolução 1540 do Conselho de Segurança das Nações Unidas constitui um documento vinculativo, cujas disposições em matéria de estabelecimento e aplicação de determinadas normas básicas mínimas têm de ser respeitadas pelos Estados; a iniciativa dos centros de excelência, por seu turno, procura que os Estados participem como parceiros, a título facultativo.

Além disso, a iniciativa da UE constitui um pacote abrangente na luta contra o risco NBRQ, independentemente da sua origem. O risco não se limita à proliferação, incluindo também causas acidentais e naturais.

A iniciativa dos centros de excelência está atualmente a ser aplicada em oito regiões diferentes do mundo, nomeadamente: Europa do sudeste — Cáucaso do sul — República da Moldávia — Ucrânia; sudeste asiático; Norte de África; fachada atlântica africana; Médio Oriente; Ásia Central; África subsariana; e países do Conselho de Cooperação do Golfo. No início de 2012, estarão plenamente operacionais os primeiros cinco secretariados regionais, uma estrutura ligeira criada em cada região.

6. **GRUPOS DE REFLEXÃO**

Com base na Decisão 2010/430/PESC do Conselho, de 26 de julho de 2010, a ação da UE no quadro da Estratégia da UE contra a proliferação de armas de destruição maciça tem sido apoiada ativamente pelo Consórcio da UE para a não proliferação, cujas atividades tiveram início em janeiro de 2011. Na sequência da primeira reunião consultiva («reunião de lançamento») da rede europeia de grupos de reflexão independentes no domínio da não proliferação, que teve lugar em 23 e 24 de maio de 2011, realizar-se-á, em fevereiro de 2012, uma primeira reunião da Conferência da UE no domínio da não proliferação e do desarmamento. Pretende-se, assim, dar novas orientações e contributos para a ação da UE no quadro da Estratégia contra as ADM, através de um debate aberto que conta com a participação de grupos de reflexão da UE e de países terceiros e de funcionários governamentais.

7. **RESOLUÇÃO 1540 DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS — CONTROLOS DAS EXPORTAÇÕES**

A UE deu nova dinâmica ao apoio que presta a países terceiros a fim de os ajudar a cumprir com as suas obrigações no quadro da Resolução 1540 do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a melhorar as competências dos funcionários públicos que participam no processo de controlo das exportações, tendo organizado vários seminários regionais, em colaboração com o GNUAD e o Comité 1540, e efetuado visitas a nível bilateral. Foi elaborada uma nova decisão do Conselho destinada a apoiar a Resolução 1540 do CSNU, que está a ser ultimada e deverá ser implementada em conjunto com o GNUAD para coadjuvar os trabalhos do Comité 1540. Através da Resolução 1977, adotada em abril de 2011, o mandato do Comité 1540 foi prorrogado por 10 anos, o que contribuirá para conter de forma duradoura o risco de proliferação de armas de destruição maciça entre intervenientes não estatais.

A UE reiterou o seu empenho constante em prosseguir a implementação das Resoluções 1540 e 1977, tendo assinado uma declaração comum com os Estados Unidos à margem da 66.ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (Nova Iorque, 19 de outubro de 2011).

O regime da UE em matéria de controlo das exportações de produtos de dupla utilização continuou a ser reforçado. Na vertente legislativa, o Parlamento Europeu e o Conselho adotaram o Regulamento (UE) n.º 1232/2011, que cria cinco novas autorizações gerais de exportação da UE. A atualização da lista da UE que enumera os produtos sujeitos a controlo, constante do anexo I do Regulamento (CE) n.º 428/2009, está praticamente concluída, com a incorporação das alterações ao regime introduzidas em 2009 e 2010. Espera-se que essa atualização entre em vigor no início de 2012. A fim de acelerar as futuras atualizações da lista de produtos sujeitos a controlo, a Comissão apresentou, em novembro de 2011, uma proposta que prevê que as futuras alterações ao anexo I se efetuem através de atos delegados. Em meados de 2011, a Comissão lançou, com a publicação de um Livro Verde, uma análise do sistema de controlo das exportações de produtos de dupla utilização da UE ao abrigo do artigo 25.º do regulamento relativo aos produtos de dupla utilização. A consulta deu origem a mais de 100 respostas, que ajudarão a moldar a reforma do sistema em 2012. Na vertente não legislativa, a Comissão empreendeu várias atividades destinadas a melhorar a cooperação e o intercâmbio de experiência prática entre os 27 Estados-Membros da UE em matéria de controlo das exportações de produtos de dupla utilização. Continuou também a desenvolver o sistema eletrónico para produtos de dupla utilização, que facilita a troca de informações entre os Estados-Membros sobre os controlos das exportações. Registaram-se progressos significativos no que se refere à definição de diretrizes da UE em matéria de controlos das exportações de produtos de dupla utilização. Entre as demais atividades, refiram-se a organização de visitas entre pares e da Conferência de Exportadores de Produtos de Dupla Utilização de 2011, bem como o desenvolvimento de um programa de formação da UE no domínio do controlo das exportações.

8. **ESPAÇO**

Com base nas conclusões do Conselho de 27 de setembro de 2010, que incluem o projeto revisto de Código de Conduta das Atividades no Espaço Exterior, a UE consultou uma série de países, tanto ativos como ainda não ativos nas questões espaciais, para debater a proposta e recolher os seus pontos de vista. As negociações decorrerão agora a outro nível, uma vez que, no primeiro semestre de 2012, terá lugar a primeira Reunião Multilateral de Peritos patrocinada pela UE, que será aberta à participação de todos os Estados. Essa reunião servirá para preparar a conferência diplomática *ad hoc* subsequente, em que o código será aberto a assinatura.

9. **CLÁUSULAS ADM**

Em conformidade com a sua Estratégia contra as ADM, a UE continuou a integrar a não proliferação de ADM nas suas relações contratuais com países terceiros.

Durante o segundo semestre de 2011, registaram-se novos avanços na negociação de cláusulas ADM em acordos relevantes entre a UE e países terceiros, em especial o Mercosul, o Azerbaijão, a Malásia e Singapura.

10. **INSTÂNCIAS MULTILATERAIS**

— G8

A UE desempenhou um papel ativo nas reuniões de diretores do G8 encarregados da não proliferação e do desarmamento, tendo apresentado, em especial, os resultados do Seminário da UE relativo à zona livre de ADM no Médio Oriente (Bruxelas, 6 e 7 de julho).

Nove anos após a sua criação em 2002, a Parceria Mundial expandiu-se para além do G8 e tornou-se numa plataforma de coordenação e cooperação, que conta agora com 15 parceiros adicionais. Na Cimeira de Deauville de maio de 2011, os dirigentes acordaram em continuar a reforçar a segurança biológica, a implementação da Resolução 1540 e a segurança nuclear. Os EUA, que presidirão o G8 em 2012, anunciaram, na última reunião da Parceria Mundial sob a Presidência Francesa do G8, que será conferida prioridade à melhoria da coordenação, à adequação do financiamento e à boa gestão dos projetos de menor dimensão (em relação à abordagem da Rússia). Debater-se-á a participação de (outras) organizações regionais, bem como o reforço da apropriação regional. Os Centros de Excelência da UE foram apresentados a título de metodologia interessante suscetível de ser utilizada pelo G8 para facilitar o intercâmbio de informações a nível regional e, eventualmente, evitar duplicações entre os doadores.

— Fórum Regional da ASEAN

A UE reforçou a sua participação nas atividades do Fórum Regional da ASEAN (FRA). Sob a liderança dos EUA, o projeto de programa de trabalho sobre não proliferação e desarmamento foi desenvolvido e apresentado, para aprovação, aos Ministros do FRA em julho de 2011.

Essa aprovação foi adiada, uma vez que, na reunião do Grupo de Apoio Intersessões do FRA sobre as medidas geradoras de confiança e a diplomacia preventiva realizada no Camboja em 8 e 9 de dezembro, alguns participantes solicitaram mais tempo para poderem proceder a consultas sobre o projeto de programa de trabalho. A UE manifestou o seu apoio à rápida adoção do documento e prestou informações sobre a iniciativa relativa aos Centros de Excelência NBRQ centrada no sudeste asiático. As Filipinas, a República da Coreia e a Austrália co-presidirão a quarta reunião intercalar sobre não proliferação e desarmamento em março de 2012. O projeto de programa de trabalho será ainda apresentado, para ultimação, na próxima Reunião de Altos Funcionários do FRA, em maio de 2012.

11. **REUNIÕES DE DIÁLOGO POLÍTICO**

Foram organizadas reuniões de diálogo político sobre não proliferação e desarmamento com o Canadá (Nova Iorque, 6 de outubro), a Ucrânia (Nova Iorque, 5 de outubro) e os Estados Unidos (12 de dezembro). Foram realizadas consultas informais sobre não proliferação e desarmamento com o Japão (Bruxelas, 8 de julho) e a África do Sul (Viena, 16 de novembro).

ANEXO 1

ANNEX TO THE SIX-MONTHLY WMD PROGRESS REPORT

Overview of EU Council, Joint Actions and Council decisions in the framework of the EU Strategy against Proliferation of Weapons of Mass Destruction

Title	Objective and implementing entity	Budget and duration
Council Decision 2010/585/CFSP of 27 September 2010 on support for IAEA activities in the areas of nuclear security and verification and in the framework of the implementation of the EU Strategy against Proliferation of Weapons of Mass Destruction	The objectives are: — strengthening national legislative and regulatory infrastructures for the implementation of relevant international instruments in the areas of nuclear security and verification, including comprehensive safeguards agreements and the Additional Protocol, — assisting States in strengthening the security and control of nuclear and other radioactive materials, — strengthening States' capabilities for detection and response to illicit trafficking in nuclear and other radioactive materials. Implementing entity: The International Atomic Energy Agency (IAEA)	Budget: EUR 9 966 000 Official Journal: L 302, 1.10.2010 Estimated duration of the action: 24 months
Council Decision 2010/430/CFSP of 26 July 2010 establishing a European network of independent non-proliferation think tanks in support of the implementation of the EU Strategy against Proliferation of Weapons of Mass Destruction	The objective of this network of independent non-proliferation think tanks is to encourage political and security-related dialogue and the long-term discussion of measures to combat the proliferation of weapons of mass destruction (WMD) and their delivery systems within civil societies, and more particularly among experts, researchers and academics. It will constitute a useful stepping stone for non-proliferation action by the Union and the international community. The Union wishes to support this network as follows: — through organising a kick-off meeting and an annual conference with a view to submitting a report and/or recommendations to the representative of the High Representative of the Union for Foreign Affairs and Security Policy (HR), — through creating an Internet platform to facilitate contacts and foster research dialogue among the network of non-proliferation think tanks. Implementing entity: EU Non-Proliferation Consortium	Budget: EUR 2 182 000 Official Journal: L 205, 4.8.2010 Estimated duration of the action: 36 months
Council Decision 2010/461/CFSP of 26 July 2010 on support for activities of the Preparatory Commission of the Comprehensive Nuclear-Test-Ban Treaty Organisation (CTBTO) in order to strengthen its monitoring and verification capabilities and in the framework of the implementation of the EU Strategy against Proliferation of Weapons of Mass Destruction	The Union will support four projects, the objectives of which are the following: (a) to improve the operation and sustainability of the auxiliary seismic stations network of the CTBT's International Monitoring System; (b) to improve the CTBT verification system through strengthened cooperation with the scientific community; (c) to provide technical assistance to States Signatories in Africa and in the Latin American and Caribbean Region so as to enable them to fully participate in and contribute to the implementation of the CTBT verification system; (d) to develop an OSI noble gas capable detection system. Implementing entity: The Preparatory Commission of the CTBTO	Budget: EUR 5 280 000 Official Journal: L 219, 20.8.2010 Estimated duration of the action: 18 months

Title	Objective and implementing entity	Budget and duration
Council Decision 2009/569/CFSP of 27 July 2009 — OPCW	The objective is to support the universalisation of the Chemical Weapons Convention (CWC), and in particular to promote the ratification/accession to the CWC by States not Parties (signatory States as well as non-signatory States) and to support the full implementation of the CWC by the States Parties. Objectives are: — to enhance the capacities of States Parties in fulfilling their obligations under the Convention, and — to promote universality, Implementing entity: The Organisation for the Prohibition of the Chemical Weapons	Budget: EUR 2 110 000 Official Journal: L 197, 29.7.2009 Estimated duration of the action: 18 months
Council Decision 2008/974/CFSP of 18 December 2008 in support of HCoC	The EU supports three aspects of the Code as follows: — universality of the Code, — implementation of the Code, — enhancement and improved functioning of the Code. Implementing entity: Fondation pour le Recherche Stratégique	Budget: EUR 1 015 000 Official Journal: L 345, 23.12.2008 Estimated duration of the action: 24 months
Council Joint Action 2008/588/CFSP of 10 November 2008 in support of BTWC	The overall objective is: — to support the universalisation of the BTWC, — to enhance the implementation of the BTWC, including the submission of CBM declarations, and — to support the best use of the Inter-Sessional Process 2007-2010 for the preparation of the 2011 Review Conference. Implementing entity: United Nations Office for Disarmament Affairs (UNODA) — Geneva	Budget: EUR 1 400 000 Official Journal: L 302, 13.11.2008 Estimated duration of the action: 24 months
Council Joint Action 2008/588/CFSP of 15 July 2008 in support of CTBTO	The EU supports the development of capacity of the Preparatory Commission of the CTBTO in the area of verification by: — noble gas monitoring: radio-xenon measurements and data analysis, — integrating States Signatories in Africa to fully participate in and contribute to the implementation of the CTBTO monitoring and verification system, Implementing entity: The CTBTO Preparatory Commission	Budget: EUR 2 316 000 Official Journal: L 189, 17.7.2008 Estimated duration of the action: 18 months
Council Joint Action 2008/368/CFSP of 14 May 2008 in support of the implementation of UNSCR 1540	The projects in support of the implementation of UNSCR 1540 will take the form of six workshops aiming at enhancing the capacity of officials responsible for managing the export control process in six subregions (Africa, Central America, Mercosur, the Middle East and Gulf Regions, Pacific Islands and South-East Asia), so that they can at a practical level undertake implementation efforts of UNSCR 1540. The proposed workshops will be specifically tailored for border, customs and regulatory officials and will comprise the main elements of an export control process including applicable laws (including national and international legal aspects), regulatory controls (including licensing provisions, end-user verification and awareness-raising programmes) and enforcement (including commodity identification, risk-assessment and detection methods). Implementing entity: United Nations Office for Disarmament Affairs (UNODA)	Budget: EUR 475 000 Official Journal: L 127, 15.5.2008 Estimated duration of the action: 24 months

Title	Objective and implementing entity	Budget and duration
Council Joint Action 2008/314/CFSP of 14 April 2008 on support for IAEA activities in the areas of nuclear security and verification — IAEA IV	The objectives are: — strengthening national legislative and regulatory infrastructures for the implementation of relevant international instruments in the areas of nuclear security and verification, including comprehensive safeguards agreements and the Additional Protocol, — assisting States in strengthening the security and control of nuclear and other radioactive materials, — strengthening States' capabilities for detection and response to illicit trafficking in nuclear and other radioactive materials. Implementing entity: The International Atomic Energy Agency (IAEA)	Budget: EUR 7 703 000 Official Journal: L 107, 17.4.2008 Estimated duration of the action: 24 months
Council Joint Action 2008/307/CFSP of 14 April 2008 in support of the World Health Organisation activities in the area of laboratory bio-safety and bio-security	The overall objective is to support the implementation of the BTWC, in particular those aspects that relate to the safety and security of microbial or other biological agents and toxins in laboratories and other facilities, including during transportation as appropriate, in order to prevent unauthorised access to and removal of such agents and toxins. — Promotion of bio-risk reduction management through regional and national outreach — Strengthening the security and laboratory management practices against biological risks Implementing entity: The World Health Organisation	Budget: EUR 2 105 000 Official Journal: L 106, 16.4.2008 Estimated duration of the action: 24 months
Council Joint Action 2007/753/CFSP of 19 November 2007 in support of IAEA monitoring and verification activities in the DPRK	Objective: — to contribute to the implementation of monitoring and verification activities in the DPRK, in accordance with the Initial Actions of 13 February 2007, as agreed in the framework of the six-party-talks. Implementing entity: The International Atomic Energy Agency (IAEA Department of Safeguards)	Budget: EUR 1 780 000 Official Journal: L 304, 22.11.2007 Estimated duration of the action: 18 months
Council Joint Action 2007/468/CFSP of 28 June 2007 — CTBTO II	The objective is to support the early entry into force of the Treaty, and need to the rapid buildup of the Comprehensive Nuclear-Test-Ban Treaty (CTBT) verification regime via: — improvement of the knowledge of Provisional Technical Secretariat noble gas measurements, — support to on-site inspection via the support for the Preparations for the Integrated Field Exercise 2008. Implementing entity: The CTBTO Preparatory Commission	Budget: EUR 1 670 000 Official Journal: L 176, 6.7.2007 Estimated duration of the action: 15 months
Council Joint Action 2007/185/CFSP of 19 March 2007 — OPCW	The objective is to support the universalisation of the Chemical Weapons Convention (CWC), and in particular to promote the ratification/accession to the CWC by States not Parties (signatory States as well as non-signatory States) and to support the full implementation of the CWC by the States Parties: — promotion of universality of the CWC, — support for full implementation of the CWC by States Parties, — international cooperation in the field of chemical activities, as accompanying measures to the implementation of the CWC, — support for the creation of a collaborative framework among the chemical industry, OPCW and national authorities in the context of the 10th anniversary of the OPCW. Implementing entity: The Organisation for the Prohibition of the Chemical Weapons	Budget: EUR 1 700 000 Official Journal: L 85, 27.3.2007 Estimated duration of the action: 18 months

Title	Objective and implementing entity	Budget and duration
Council Joint Action 2007/178/CFSP of 19 March 2007 — Russian Federation IV	The objective is to assist the Russian Federation in destroying some of its chemical weapons, towards fulfillment of Russia's obligations under the Convention on the Prohibition of the Development, Production, Stockpiling and use of Chemical Weapons and on their Destruction. This Joint Action supported the completion of the electricity supply infrastructure at Shchuch'ye chemical weapon destruction facility, in order to provide a reliable power supply for the operation of the chemical weapon destruction facility. Implementing entity: The Ministry of Defence of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland	Budget: EUR 3 145 000 Official Journal: L 81, 22.3.2007 Estimated duration of the action: 18 months
Council Joint Action 2006/418/CFSP of 12 June 2006 — IAEA III	The objective is to strengthen nuclear security in selected countries which have received EU assistance such as: — legislative and regulatory assistance, — strengthening the security and control of nuclear and other radioactive materials, — strengthening of States' capabilities for detection and response to illicit trafficking. Implementing entity: The International Atomic Energy Agency	Budget: EUR 6 995 000 Official Journal: L 165, 17.6.2006 Estimated duration: the action expired on 12.9.2007
Council Joint Action 2006/419/CFSP of 12 June 2006 — UNSCR 1540	The action aimed at addressing three aspects of the implementation: — awareness-raising of requirements and obligations under the Resolution, — contributing to strengthening national capacities in three target regions (Africa, Latin America and Caribbean, Asia-Pacific) in drafting national reports on the implementation of UNSC Resolution 1540 (2004), and — sharing experience from the adoption of national measures required for the implementation of the Resolution. Implementing entity: United Nations Office for Disarmament Affairs (UNODA — formerly the Department for Disarmament Affairs)	Budget: EUR 195 000 Official Journal: L 165, 17.6.2006 Estimated duration: the action expired on 12.6.2008
Council Joint Action 2006/243/CFSP of 20 March 2006 — CTBTO I	The objective is to improve the capacity of CTBT Signatory States to fulfil their verification responsibilities under the CTBT and to enable them to fully benefit from participation in the Treaty regime by a computer-based training/self-study. Implementing entity: The CTBTO Preparatory Commission	Budget: EUR 1 133 000 Official Journal: L 88, 25.3.2006 Estimated duration of the action: 15 months
Council Joint Action 2006/184/CFSP of 27 February 2006 — BTWC	Overall objective: to support the universalisation of the BTWC and, in particular, to promote the accession to the BTWC by States not Party (signatory States as well as non-signatory States) and to support the implementation of the BTWC by the States Parties. — Promotion of the universality of the BTWC — Support for implementation of the BTWC by the States Parties Implementing entity: The Graduate Institute of International Studies, Geneva	Budget: EUR 867 000 Official Journal: L 65, 7.3.2006 Estimated duration of the action: 18 months

Title	Objective and implementing entity	Budget and duration
Council Joint Action 2005/913/CFSP of 12 December 2005 — OPCW II	The objective is to support the universalisation of the CWC and in particular to promote the accession to the CWC by States not Party (signatory States as well as non-signatory States) and to support the implementation of the CWC by the States Parties. — Promotion of universality of the CWC — Support for implementation of the CWC by the States Parties — International cooperation in the field of chemical activities Implementing entity: The Organisation for the Prohibition of the Chemical Weapons	Budget: EUR 1 697 000 Official Journal: L 331, 17.12.2005 Estimated duration of the action: 12 months
Council Joint Action 2005/574/CFSP of 18 July 2005 — IAEA II	The objective is to strengthen nuclear security in selected countries which have received EU assistance such as: — strengthening the physical protection of nuclear materials and other radioactive materials in use, storage and transport and of nuclear facilities, — strengthening of security of radioactive materials in non-nuclear applications, — strengthening of States' capabilities for detection and response to illicit trafficking, — legislative assistance for the implementation of states' obligations under IAEA Safeguards Agreements and Additional Protocols. Implementing entity: The International Atomic Energy Agency	Budget: EUR 3 914 000 Official Journal: L 193, 23.7.2005 Estimated duration of the action: 15 months
Council Joint Action 2004/797/CFSP of 22 November 2004 — OPCW I	The objective is to support the universalisation of the CWC and in particular to promote the accession to the CWC by States not Party (signatory States as well as non-signatory States) and to support the implementation of the CWC by the States Parties. — Promotion of universality of the CWC — Support for implementation of the CWC by the States Parties — International cooperation in the field of chemical activities Implementing entity: The Organisation for the Prohibition of the Chemical Weapons	Budget: EUR 1 841 000 Official Journal: L 349, 25.11.2004 Estimated duration of the action: 12 months
Council Joint Action 2004/796/CFSP of 22 November 2004 — Russian Federation III	The objective is to contribute to reinforcing the physical protection of nuclear sites in Russia, so as to reduce the risk of theft of nuclear fissile material and of sabotage by improving the physical protection for fissile materials at the Bochvar Institute in Moscow (VNIINM) of the Russian Federal Agency for Atomic Energy FAAE (formerly MINATOM). Implementing entity: The Federal Republic of Germany	Budget: EUR 7 730 000 Official Journal: L 349, 25.11.2004 Estimated duration of the action: 36 months
Council Joint Action 2004/495/CFSP of 17 May 2004 — IAEA I	The objective is to strengthen nuclear security in selected countries which have received EU assistance such as: — strengthening the physical protection of nuclear materials and other radioactive materials in use, storage and transport and of nuclear facilities, — strengthening of security of radioactive materials in non-nuclear applications, — strengthening of States' capabilities for detection and response to illicit trafficking. Implementing entity: The International Atomic Energy Agency	Budget: EUR 3 329 000 Official Journal: L 182, 19.5.2004 Estimated duration of the action: 15 months

Title	Objective and implementing entity	Budget and duration
Council Joint Action 2003/472/CFSP of 24 June 2003 — Russian Federation II	This Joint Action aims at financing a unit of experts under the cooperation programme for non-proliferation and disarmament in the Russian Federation.	Budget: EUR 680 000 Official Journal: L 157, 26.6.2003 Duration: shall expire on the date of expiry of European Union Common Strategy 1999/414/CFSP on Russia
Council Joint Action 1999/878/CFSP of 17 December 1999 — Russian Federation I	The project contributed to: — a chemical weapons pilot destruction plant situated in Gorny, Saratov region, Russia, — a set studies and experimental studies on plutonium transport, storage and disposition.	Budget: EUR 8 900 000 Official Journal: L 331, 23.12.1999 Duration: shall expire on the date of expiry of the European Union Common Strategy 1999/414/CFSP on Russia

ANEXO 2

ANNEX TO THE SIX-MONTHLY WMD PROGRESS REPORT

Overview of instrument for stability, priority 1

'Risk mitigation and preparedness relating to chemical, biological, radiological and nuclear materials or agents'

Project identification	Title	Objective	Contractor	Amount	Execution period
n.a.	Retraining former weapon scientists and engineers through support for International Science and Technology Centre (ISTC, Moscow) and Science and Technology Centre (STCU, Kiev)	The main objective of the centres is to redirect scientists/engineers' talents to civilian and peaceful activities through science and technological cooperation.	ISTC/STCU	EUR 235 million	TACIS 1997-2006
				EUR 15 million	IFS 2007
				EUR 8 million	2008
				EUR 7,5 million	2009
				EUR 5,0 million	2010
				EUR 4,5 million	2011

AAP 2007 (Excluding funding for ISTC/STCU)

Project identification	Title	Objective	Contractor	Amount	Execution period
IFS/2008/145-156	Combating illicit trafficking of nuclear and radioactive materials in FSU countries (Russian Federation, Ukraine, Armenia, Moldova, Georgia, Azerbaijan and Belarus)	The purpose of the action is to supply equipment for detection of NRM at border check points as it was identified in the previous phase of the activity financed by TACIS Nuclear Safety programme, contributing thus to reduce nuclear and radiation terrorism threat.	JRC	EUR 5 million	11.7.2008-12.4.2013
IFS/2008/145-130	Assistance in export control of dual-use goods	The specific objective is to support the development of the legal framework and institutional capacities for the establishment and enforcement of effective export controls on dual-use items, including measures for regional cooperation with a view of contributing to the fight against the proliferation of WMD and related materials, equipment and technologies.	BAFA (D)	~ EUR 5 million	19.3.2008-31.12.2010

AAP 2007 (Excluding funding for ISTC/STCU)					
Project identification	Title	Objective	Contractor	Amount	Execution period
IFS/2008/145-132	Knowledge management system on CBRN trafficking	The overall objective of the activity is to improve capabilities of participating States, neighbouring countries of the EU in South-East Europe and possibly Caucasus, to combat the illicit trafficking and criminal use of CBRN materials (preparation phase to 'EU CBRN Centres of Excellence').	UNICRI	EUR 1 million	31.1.2008-1.8.2010

AAP 2008 (Excluding funding for ISTC/STCU)					
Project identification	Title	Objective	Contractor	Amount	Execution period
IFS/2009/200-523	Knowledge management system on CBRN trafficking in North Africa and selected countries in the Middle East	The aim of the project would be to develop a durable cooperation legacy in the area of trafficking of CBRN materials (preparation phase to 'EU CBRN Centres of Excellence').	UNICRI	EUR 1 million	16.3.2009-15.7.2011
IFS/2009/217-540	Strengthening bio-safety and bio-security capabilities in Central Asian countries	The project will address shortcomings in the safety/security practices of key biological facilities in selected countries of Central Asia. The main objectives of the project are to raise the skills of the personnel working at facilities (laboratories) handling dangerous biological agents or supervising those facilities, and to provide additional equipment, as needed, to ensure an adequate level of bio-safety and security.	ISTC	EUR 6,8 million	21.9.2009-21.9.2014
IFS/2009/219-636	Combating illicit trafficking of nuclear and radioactive materials in selected FSU and Mediterranean Basin countries and preparation of border management activities in the ASEAN region	The overall objective of this project is to reduce the threat of nuclear and radiation terrorism. For this purpose the assistance will be provided to the partner countries in the improvement of the technical and organisational measures for detection of nuclear and radioactive materials (NRM) illicit trafficking.	JRC	EUR 6,7 million	2.12.2009-1.12.2014

AAP 2008 (Excluding funding for ISTC/STCU)					
Project identification	Title	Objective	Contractor	Amount	Execution period
IFS/2009/216-327	Awareness raising of exporters export Control of dual-use goods	The overall objective of the project is to enhance the effectiveness of export control of dual use items in the Russian Federation, with a view to contribute to the fight against the proliferation of WMD. The specific objectives will be achieved through information exchange with EU exporters, support industry and researchers for awareness raising, organisation of seminars for exporters in the regions of the Russian Federation.	Russian independent non-profit organisation for professional advancement 'Export Control Training Center'	EUR 1 million	1.9.2009-1.3.2011

AAP 2009 (Excluding funding for ISTC/STCU)					
Project identification	Title	Objective	Contractor	Amount	Execution period
IFS/2010/239-471 (UNICRI main) — IFS/2010/239-481 (JRC main) — IFS/2010/253-483 and IFS/2010/253-485 (pilot projects JRC and Univ. Milan)/IFS/2010/250-984 (UNICRI establishment of 2 Secretariats)	CBRN Centre of Excellence — First phase	To set up a mechanism contributing to strengthen the long-term national and regional capabilities of responsible authorities and to develop a durable cooperation legacy in the fight against the CBRN threat.	UNICRI/JRC main contracts/2 pilot projects in South-East Asia/first stup (2 Secretariats in Caucasus and South-East Asia)	EUR 5 million	May 2010-May 2012
IFS/2010/235-364	Border monitoring activities in the Republic of Georgia, Central Asia and Afghanistan	To enhance the detection of radioactive and nuclear materials at identified borders crossing and/or nodal points in the Republic of Georgia, at southern borders of selected Central Asian countries with Afghanistan and at the airport of Kabul.	JRC	EUR 4 million	4.5.2010-4.5.2013
IFS/2010/238-194	EpiSouth: a network for the control of health and security threats and other bio-security risks in the Mediterranean Region and South-East Europe	To increase through capacity building the bio-security in the Mediterranean region and South-East Europe (10 EU + 17 non-EU countries).	Istituto Superiore di Sanità, Rome (Italy)	EUR 3 million	15.10.2010-15.4.2013
IFS/2010/247-264 (service) IFS/2010/248-064 + IFS/2010/258-635 (supply)	Redirection of former Iraqi WMD scientists through capacity building for decommissioning of nuclear facilities, including site and radioactive waste management	To assist Iraq with redirection of scientists and engineers possessing WMD-related skills and dual-use knowledge through their engagement in a comprehensive decommissioning, dismantling and decontamination of nuclear facilities.	UNIVERSITA DEGLI STUDI DELL'INSUBRIA (service) — CANBERRA + NNL (supplies)	EUR 2,5 million (1,5 million for service + 1,5 million for supplies)	August 2010-August 2013

AAP 2009 (Excluding funding for ISTC/STCU)

Project identification	Title	Objective	Contractor	Amount	Execution period
IFS/2010/253-484	Knowledge management system on CBRN risk mitigation — Evolving towards CoE 'Mediterranean Basin'	To integrate the existing knowledge management systems, namely for South-East Europe and for North Africa, and to prepare the evolution towards a Centre of Excellence in the Mediterranean Basin dealing with CBRN risk mitigation (preparation phase to 'EU CBRN Centres of Excellence').	UNICRI	EUR 0,5 million	25.11.2010-30.4.2012
IFS/2010/254-942	Bio-safety and bio-security improvement at the Ukrainian anti-plague station (UAPS) in Simferopol	To contribute to full implementation of the BTWC (Biological and Toxin Weapons Convention) in Ukraine, which includes the prevention of illicit access to pathogens by terrorists and other criminals.	STCU	EUR 4 million	22.11.2010-21.8.2014
IFS/2010/256-885	Assistance in export control of dual-use goods	Continuation of the on-going activities in this field in the already covered countries, with possible extension to other regions/countries.	BAFA (D)	EUR 5 million	21.12.2010-1.7.2013

AAP 2010 (Excluding funding for ISTC/STCU)

Project identification	Title	Objective	Contractor	Amount	Execution period
IFS/2011/263-555 (set-up) IFS/2011/273-506 (actions)	CBRN Centres of Excellence — Second phase	Set-up of three to four new Centres in the Middle East and, possibly, Gulf region, Mediterranean Basin, Central Asia and Southern Africa and extension of the projects in South-East Asia and in Ukraine/South Caucasus and implementation of thematic projects in all project areas of priority 1.	UNICRI	EUR 4,5 million EUR 16,3 million	23.8.2011-28.2.2013
IFS/2011/273-571	Enhancing the capability of the IAEA Safeguards Analytical Service (ECAS) — EU contribution to the new Nuclear Material Laboratory (NML)	To ensure that the IAEA has a strong independent analytical capability for safeguards in the decades to come by means of expansion and modernisation of the IAEA Safeguards Analytical Services.	IAEA	EUR 5 million	30.11.2011-30.11.2015

AAP 2010 (Excluding funding for ISTC/STCU)

Project identification	Title	Objective	Contractor	Amount	Execution period
IFS/2011/272-372 (service) and IFS/2011/272-424 (supplies)	Establishment of mobile laboratories for pathogens up to risk group 4 in combination with CBRN capacity building in sub-Saharan Africa	Implementation of two units of mobile labs to be used to perform diagnosis of up to group 4 infectious agents in sub-Saharan Africa and one 'stand-by' unit based in EU for training purposes and to be deployed in other countries outside EU where these agents are endemic or outbreaks occur.	BERNHARD-NOCHT-INSTITUT FUR TROPEN-MEDIZIN (service) — supply under evaluation	EUR 3,5 million	15.12.2011-14.12.2015
IFS/2011/273-572	Strengthening bio-safety and bio-security capabilities in South Caucasus and in Central Asian countries	To raise the capabilities of State organisations in target countries responsible for bio-safety and bio-security in a way that will result in a substantial improvement of the countries' bio-safety/security situations.	UNICRI	EUR 5 million	1.1.2012-31.12.2015

AAP 2011 (Excluding funding for ISTC/STCU)

Project identification	Title	Objective	Contractor	Amount	Execution period
IFS/2011/278-349	Multilateral nuclear assurances — EU contribution to the low enriched uranium bank under the supervision of the International Atomic Energy Agency (IAEA)	The IfS contribution (EUR 20 million) will be dedicated to the purchase of a quantity of low enriched uranium.	IAEA	EUR 20 million	30.11.2011-30.11.2013
—	Chemical, biological, radiological and nuclear (CBRN) Centres of Excellence — Third phase	(1) To extend existing activities (management contracts with JRC and UNICRI) till the end of 2014 with the aim of improving national CBRN policies and defining comprehensive tailored assistance packages, in a coherent and effective combination of national and regional dimensions (EUR 3,5 million); (2) to extend the existing Secretariats till the end of 2013 (EUR 3,1 million); and (3) to improve national CBRN policies through the implementation of concrete actions in the areas of export control of dual-use goods, illicit trafficking of CBRN materials, bio-safety and bio-security, scientists' engagement (EUR 8,1 million).		EUR 14,7 million	To be signed in 2012

AAP 2011 (Excluding funding for ISTC/STCU)					
Project identification	Title	Objective	Contractor	Amount	Execution period
—	Border monitoring activities in the Democratic Republic of the Congo, Russian Federation, Ukraine and South-East Asia	To counteract nuclear and radiation terrorism threat. For this purposes the assistance should be provided to the identified countries in the improvement of the technical and organisational measures for detection of nuclear and radioactive materials (NRM) illicit trafficking, including training and establishment of an expert network.		EUR 5,8 million	To be signed in 2012
—	Cooperation in export control of dual-use goods	To strengthen the export control systems of partner countries, with a strong link with the Regional Centres of Excellence activities, by aligning them to the standard of the international export control regimes and treaties and therefore meeting the requirements of the UNSCR 1540 (2004).		EUR 3 million	To be signed in 2012